

FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL – O PAPEL DAS UNIVERSIDADES

Sonia Barbosa dos Santos¹

Este texto relata a preocupação da UNESCO na condução de critérios para elaboração de políticas para a formação e desenvolvimento de educadores para a educação infantil na América Latina e Caribe. Para discutir o assunto, o escritório Unesco/SP convidou alguns profissionais do país, ligados a educação básica e, em especial, a UERJ foi representada pela Professora Sonia Barbosa dos Santos, por convite direto da própria UNESCO. Aqui, a professora Sonia apresenta os principais aspectos discutidos e os desdobramentos definidos durante a reunião.

Fui convidada pelo escritório regional da Unesco a participar de grupo de especialistas em formação de professores em reunião no dia 06 de maio de 2015, ocorrida em São Paulo, para análise do documento prévio “Antecedentes y Criterios para la elaboración de Políticas para la Formación y Desarrollo Profesional de Educadoras de Primera Infancia en América Latina y el Caribe”. O objetivo da reunião, que incluiu representantes de diversas universidades brasileiras, secretarias de educação e outros órgãos ligados à educação, foi analisar o documento mencionado,

sistematizando sugestões e comentários a serem enviados aos autores que elaborarão o texto final.

A Unesco vem desenvolvendo, desde 2010, o projeto “Estratégias Regionais sobre Políticas Docentes” que tem estudado as condições de trabalho e a formação de professores em países da América Latina e Caribe, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas para docentes. O projeto está sendo coordenado pelo Centro de Estudios de Políticas y Prácticas en Educación (CEPPE) da Universidad Católica de Chile (www.politicadocentesalc.com) e faz parte de estratégia mundial da UNESCO chamada “Profesores para una Educación para Todos” (<http://es.unesco.org/gem-report/#sthash.RfSntQLJ.dpbs>). Contemplando uma das propostas dessa iniciativa, que diz respeito à educação para a primeira infância, especialistas de sete países (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México, Perú e Trinidad-Tobago) foram convidados a escrever um documento sobre a situação de trabalho e da formação dos professores da educação infantil em seus países de origem.

¹ Profa Associada e Procientista. Instituto de Biologia Roberto Alcantara Gomes, Laboratório de Malacologia Límnica e Terrestre. E-mail: malacosonia@gmail.com

O documento base de trabalho, datado de janeiro de 2015, foi organizado pela equipe técnica da Secretaría Técnica/Estratégia Regional Docente CEPPE/UNESCO (<http://www.politicasdocentesalc.com/>) a partir de documentos preliminares elaborados por especialistas de cada um dos sete países latino-americanos envolvidos, acima listados.

Além desse documento, como textos auxiliares, trabalhamos com os documentos “Políticas de formación y carrera de los docentes de educación infantil en Brasil”, Abuchaim (2014), “Antecedentes y criterios para la elaboración de políticas docentes en América Latina y el Caribe” (Unesco, 2013), “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil” (Brasil, 2010) e “Bases sólidas: Atención y educación de la primera infancia” (Unesco, 2007).

O texto base apresentava seis capítulos comparando diversas situações da educação infantil nos países considerados. Os capítulos abordaram, respectivamente: a institucionalização da educação básica para a primeira infância, as características sócio-demográficas dos professores, a formação acadêmica dos professores de primeira infância, a legislação relativa a formação docente e ingresso na carreira, tipos de carreiras para professores da primeira infância e avaliação de desempenho. Após uma apresentação geral, cada capítulo foi discutido e as sugestões consolidadas.

Como conclusão geral, foi observado que, embora existam avanços importantes em relação ao papel do Estado na regulação e provisão da educação para a primeira infância, ainda existe muita fragmentação de iniciativas e uma legislação bem intencionada, porém muitas vezes não adequada à realidade onde o docente vai trabalhar.

Outra observação importante é a constatação da baixa qualificação dos docentes, inexistência de formação continuada, inexistência de cursos de pós-graduação, grande concentração deste profissional nas áreas urbanas, deixando as crianças das áreas rurais sem atenção adequada nesta fase da vida e, a intensa presença do sexo feminino como profissionais da área. As professoras de primeira infância são associadas aos cuidados maternos, o que por sua vez contribui para a desvalorização deste profissional. Uma das recomendações diz respeito a buscar formas de aumentar a presença masculina neste nível de ensino, tarefa nada fácil, pois esbarra em muitos preconceitos. Uma das participantes relatou que, em seu estado, apesar de diversos profissionais do sexo masculino terem sido aprovados em concurso público para este nível de ensino, em alguns

municípios foi impossível alocá-los em sala de aula, pois as mães não aceitaram homens cuidando de suas crianças.

Em relação ao papel que as Universidades podem desempenhar no processo de valorização do profissional voltado à educação para a primeira infância podemos citar:

- 1- melhorar a formação dos professores para a educação básica, cujo nível de exigência para ingresso na carreira varia nos diversos países. No Brasil, se exige formação no nível secundário, na modalidade Magistério Normal, ou o grau de licenciatura (Abuchaim, 2014). Também foi criada a formação de docentes no nível normal superior (Institutos Superiores de Educação), mas se diminuiu a oferta de escolas de magistério em nível secundário (escolas normais). Tendo em vista que as Universidades são responsáveis pela formação de boa parte dos profissionais para este nível de escolaridade, é necessário que as mesmas se empenhem em revisões curriculares, pois embora as Diretrizes Curriculares da Pedagogia descrevam diversos objetivos de formação, o currículo é fragmentado em disciplinas cujos conteúdos são abordados de forma superficial e pouco atendendo às necessidades reais de um futuro professor de educação para a primeira infância;
- 2- oferecer oportunidades de formação continuada que atendam às necessidades deste profissional. No Brasil, segundo Abuchaim (2014), *“la formación en servicio para las educadoras de primera infancia tiende a ser episódica y discontinua. Un estudio indica que en varias secretarías municipales de educación, en el ámbito de la educación de la primera infancia y de la enseñanza fundamental, las acciones de formación incluyen: “talleres, conferencias, seminarios y cursos de corta duración presenciales y a distancia, ofrecidos por las propias secretarías de educación o provenientes de contratos firmados con instituciones universitarias, institutos de investigación o instituciones privadas”*. Todavía *“la mayoría de las secretarías opta por programas de formación individualista, orientada al desarrollo de cada educador individualmente, y no dirigida al equipo de la escuela. Lamentablemente, sólo el 15% de los docentes de salas cuna y el 17% de los docentes de la “pre-escuela” han asistido a cursos de formación continua específicos para su nivel de desempeño con un mínimo de 40 horas”*. Existem também cursos de pós-graduação, em sentido

amplo, de especialização em educação da primeira infância, tanto em instituições públicas como privadas, mas insuficientes para as necessidades atuais;

- 3- estimular pesquisas sobre este nível escolar, pois existe pouca informação sobre educação para a primeira infância no Brasil, sendo necessário o desenvolvimento de pesquisas na área. Esta falta de informações de qualidade representa um problema para o desenvolvimento de políticas públicas, pois estas acabam sendo estabelecidas em função de evidências provenientes de outros países mais avançados na questão;
- 4- promover seminários e debates sobre o tema, juntando famílias, educadores, acadêmicos e políticos.

Como desdobramento dessa reunião, ocorreu a 22 e 23 de junho de 2015, em São Paulo, uma reunião internacional, reunindo representantes dos Ministérios de Educação, instituições formadoras, centros de investigação e grêmios docentes da primeira infância de 24 países latino-americanos. Nesta reunião, o documento base e as sugestões e emendas realizadas em maio foram analisados para a publicação final, que ficará disponível na página da UNESCO.

Embora eu não trabalhe diretamente com a formação de professores para a educação para a primeira infância, sempre estive ligada às questões de formação de professores, tanto num campo restrito, no âmbito de minha Unidade, como num campo mais geral, nos diversos fóruns de discussão da licenciatura que já ocorreram na UERJ. Assim, participar dessa reunião foi extremamente proveitoso, pois apenas com uma visão sistêmica e abrangente poderemos contribuir para a melhoria da formação dos professores da primeira infância e das séries iniciais e de sua valorização na sociedade e no mercado de trabalho.

Referências

ABUCHAIM, B. (2014). Políticas de formación y carrera de los docentes de educación de la primera infancia en Brasil. Versión preliminar (<http://www.politicasdcentesalc.com/index.php/documentos>)

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. 2010. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 36 p (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)

UNESCO. (2007). *Bases sólidas: Atención y educación de la primera infancia. Informe de seguimiento de la EPT en el mundo*. Relatório de monitoramento global de educação para todos. 43 p. UNESCO (<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001477/147785s.pdf>)

UNESCO-OREALC. (2013). *Antecedentes y criterios para elaboración de políticas docentes en América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile: UNESCO (<http://www.revistahumanum.org/revista/wp-content/uploads/2014/08/UNESCO-Politiclas-docentes.pdf>)

UNESCO-OREALC. (2015). *Antecedentes y criterios para elaboración de políticas docentes en América Latina y el Caribe*. São Paulo, Brasil. 100p. Divulgação restrita.